

ATA REUNIÃO DA COMISSÃO EDITORIAL

22 DE SETEMBRO DE 2022 – 9H30 ÀS 11H30

Agronomia: Engenheiro Agrônomo Régis Sivori Silva dos Santos (sem retenção)

Agronomia: Engenheiro Agrônomo Juarez Morbini Lopes

Engenharia Civil e Agrimensura: Engenheira Civil Fernanda Pacheco

Engenharia Elétrica: Engenheira Eletricista Caroline Daiane Radüns

Engenharia Florestal: Engenheiro Florestal Diogo Adriano Barboza

Engenharia Mecânica: Engenheira Industrial – Metalúrgica Claudia Trindade Oliveira

Engenharia Química: Marcelo Pelisoli Holz

Engenharia de Segurança do Trabalho: Engenheira de Segurança do Trabalho
Roselaine Cristina Mignoni

SUPLENTES

CEGEM: Cassiana Roberta Lizzoni Michelin

Reunião da Comissão Editorial começou às 9h30 para a avaliação da edição 142 da Conselho em Revista.

-Entrevista: a conselheira Fernanda Pacheco ressaltou o pensamento da engenharia civil com relação à necessidade de recuperar o prédio Esqueletão. Na avaliação, o texto estava correto e abordando aspectos mais gerais.

É importante divulgar, mas é importante não dar margem para uma

ARTIGOS TÉCNICOS: a Jô trouxe um email enviado pela Câmara de Engenharia Elétrica sobre o recebimento e avaliação dos artigos. Esclareceu que os artigos recebidos por email pela GCOM são enviados para a Gerência de Comunicação e Marketing para análise dos conselheiros. São enviados para o analista das Câmaras, com cópia para o representante da Câmara na Comissão Editorial.

A coordenadora da Comissão Caroline Raduns afirma que na realidade no email é solicitada uma questão de procedimento das Câmaras com relação ao protocolo. A sugestão é que tenha algo oficial quando se faz este encaminhamento e não somente pelo email.

- A jornalista ponderou que os e-mails servem como documento e que o recebimento e envio por email facilita como ferramenta para a comunicação.

- A coordenadora Caroline lembrou que neste caso entra a necessidade de um documento descrevendo alguns pontos:

O que é a Comissão Editorial

Qual é a função da Comissão

Quais são os procedimentos para os artigos, como é recebido.

“Depois de criarmos este documento vamos passar para todas as Câmaras. Muitos conselheiros e conselheiras novos ainda não sabem qual é a função da Comissão Editorial. É importante estabelecer este documento e inserir, inclusive, no site, no espaço da revista. Desta forma, vamos evitar que tais dúvidas possam ocorrer. Vamos, assim, oficializar as nossas funções, da mesma forma que já é de conhecimento as atividades de outras comissões”, apontou.

Sugeriu que o grupo de whatsApp trabalhasse com arquivos compartilhados, assim todos os integrantes poderiam contribuir nos documentos, principalmente os conselheiros e conselheiras que já participaram na construção destes documentos em outras Comissões.

- Conselheiro Régis Sivori falou também sobre os artigos técnicos. “Em relação aos artigos, que são realmente da responsabilidade das Câmaras. A minha preocupação sobre colocar no sistema a forma de recebimento e de como os artigos deveriam conter é que deveríamos ter um pouco de cuidado, porque não é do nosso interesse ser uma revista de publicação de artigos. Na realidade, precisamos de quatro artigos por ano. A minha preocupação é abrir para publicação de autores fora do CREA, como associações do interesse do profissional, a gente vai muitos artigos e não teremos condições de corrigir todos eles, porque temos outras funções profissionais do que ficar corrigindo artigos, considerando que precisamos apenas de um artigo a cada três meses. Caso seja divulgado, teremos que ter critérios para dizer que o número de artigos para publicação é limitado para a publicação.”

- A conselheira Claudia Trindade também questionou o email sobre os procedimentos do recebimento dos artigos e que deve continuar desta forma, com os artigos recebidos sendo avaliados nas reuniões de Câmara.

- A conselheira Roselaine também afirmou que é necessário apenas a criação de um procedimento interno, estabelecendo as diversas vias para o recebimento do artigo.

- A conselheira Fernanda Pacheco a sugestão do Sei é para que as publicações tenham um pouco mais de transparência, porque na Civil, por exemplo, temos mais artigos, sendo que são quatro por ano. “Não vamos criar um documento a mais. No documento que você está criando, Caroline, deveria ter um parágrafo dizendo que os artigos são de responsabilidade das Câmaras Especializadas. Não posso, como representante da Câmara na Comissão Editorial, analisar artigos que não tenham a ver com a minha atribuição.”

- A coordenadora explicou que no documento estará exatamente isto, que os artigos passarão pela análise da Câmara. “Os artigos podem chegar no email da revista, que será enviado para a Câmara Especializada do autor, para análise. Assim a gente evita este tipo de questionamento.”

- Jô ressaltou ainda que o email do Mauricio realmente era para a definição do envio ser pelo SEI, como algo oficial. Mas para a Comunicação é muito difícil este procedimento, sendo o email a ferramenta mais eficaz e reconhecida como um documento. Também ressaltou a importância da definição de critérios com relação a avaliação e aprovação de artigos.

- Já a conselheira Roselaine lembrou que é importante que haja sempre um retorno para o autor sobre o resultado da análise. “Importante constar neste documento este procedimento. Muitos autores não tem esta resposta e ficam sem saber por que o artigo não foi publicado. Definir parâmetros de avaliação, como as recomendações para melhorias no artigo, caso o autor queira publicar.

- A conselheira Claudia também contribuiu ao falar sobre a experiência da Câmara da Engenharia Mecânica e Metalúrgica. “Os artigos que recebemos enviamos por email para todos os conselheiros avaliarem. No próprio email são feitas as correções e sugestões, além do retorno ao autor sobre o resultado da avaliação.

- Conselheira Fernanda lembrou que este formato dá mais transparência a este processo de análise de artigos. “Também é importante ressaltar que não podemos aceitar artigos cunho comercial, nem com orientações partidárias. Precisa ficar claro o objetivo da revista e o que avaliamos.

- Ficou acertado que os documentos seriam compartilhados no grupo em formato DOC, para possibilitar que todos e todas possam fazer as sugestões necessárias.

- A conselheira Claudia sugeriu que era preciso fazer uma divulgação melhor dos artigos como uma forma de incentivo, pois quem manda artigo é quem está na Academia. “Precisamos de ter um documento para enviar para as instituições de ensino e outras, incentivando.”

- O conselheiro Regis sugeriu que as Câmaras tentassem atrair as entidades de classe para publicar na Conselho em Revista.

- A coordenadora Caroline ressaltou que após a organização da apresentação da revista no site, poderemos criar uma publicação nas redes sociais e um card para ser enviado para as entidades, instituições de ensino. “Sempre que busco parceria de divulgação, solicitam o link no qual existe a orientação e o modelo. Esta organização vai facilitar também. Depois de ter o site organizado, vamos criar esta estratégia de divulgação para ampliar melhor.”

- Como algumas Câmaras Especializadas não tinham enviado artigos, a conselheira Fernanda questionou se a Civil poderia publicar mais um artigo.

- A conselheira Caroline lembrou que agora, como a revista é digital, não temos problema com relação ao número de caracteres. “Mas é claro que não podemos publicar uma tese. Mas se pudéssemos abrir para artigos para um maior número de caracteres. E em casos especiais, no caso de uma das Câmaras não entregar artigo, acredito que possamos publicar dois da mesma Câmara.”

- A conselheira Roselaine ponderou sobre a questão. “Entendo que as Câmaras que não apresentam artigos é que devem se manifestar se autorizam. E a Comissão atende a decisão destas Câmaras.

- Para a Conselheira Claudia, o importante que o número de artigos sejam o número de Câmaras, portanto limitado às 8 Especializadas.

-A conselheira Fernanda se manifestou a respeito de a Câmara Geominas aceitar apenas artigo que seja de conselheiros. “Acho que a coordenadora desta Comissão deveria conversar com a Câmara no sentido de o entendimento da Comissão seja de todas as Câmaras. Na verdade, deveria estar pautado para a próxima reunião, pois não deveria dar a impressão que seria apenas algo fechado. Todos sabem que a atual gestão quer se aproximar mais do meio acadêmico. E este critério pode ser uma barreira para essas ações”, afirmou, sugerindo que a coordenadora Caroline pudesse falar em uma das reuniões da Geominas, falando da nossa estratégia de aproximação com os ingressantes, com os recém-formados. “Se todas as publicações que eu apresentei tivessem de ser de conselheiros, eu teria que ser a autora de todas, porque nenhuma é de conselheiro.”

- A conselheira Roselaine sugeriu que o documento com os procedimentos aprovados fosse validado na Plenária, após análise das Câmaras Especializadas, como todos os documentos aprovados em outras comissões. “Depois a

Comissão Editorial reavalia todas as sugestões e define o documento e é inserido no site.”

A conselheira pediu ainda para alterar a imagem que identifica a Câmara de Engenharia de Segurança do Trabalho, retirando o capacete apenas.

- Também foi apresentado um relatório com os números de acesso à Conselho em Revista, como de qual lugar é acessado, quantos acessos.

- A conselheira Roselaine sugeriu ainda que tivesse um espaço para os conselheiros que representam o CREA-RS em comissões municipais, formaturas ou em órgãos públicos. “É uma forma de informar aos profissionais que os conselheiros estão nestas reuniões representando o Conselho profissional e que o CREA está em vários lugares que discutem Engenharia, Agronomia e Geociências. São representações com o aval da Presidência e que são importantes.”

Sugeriu alguns nomes para a seção, valorizando esta representação dentro das comissões: Representação institucional. CREA no Rio Grande do Sul. Crea atuando na representação.

- Jô ressaltou que é importante e que também poderia incluir os inspetores, os representantes de comissão.

- A coordenadora deu exemplo dos Inspectores de Panambi que são importantes nas comunidades, como auxiliar as prefeituras em projetos para a população.

APROVAÇÕES

Aprovaram que no caso de uma das oito Câmaras não apresentarem artigos, outra Câmara poderá publicar dois artigos.

Também ficou definido que pelo menos um dos autores deve ter registro no CREA-RS, com a anuidade em dia. Os outros podem ser de outros Estados e de outras especialidades. Não é necessário ser conselheiro/conselheira para publicar artigo.

A criação de um documento com a definição do papel da Comissão Editorial, seus integrantes, quando é convocada, os anexos que descrevem cada uma destas atividades, além das normas para publicação de artigos técnicos na Conselho em Revista, como processo de recebimento, avaliação e seleção, formatação. Os procedimentos devem ser padronizados em todas as Câmaras Especializadas.

Também foram definidos alguns links, como edições anteriores, que devem aparecer as capinhas.

- Alterar o template da revista no site.
- Alterar o formato de leitura no site. Ela inteira e folheando, de forma on-line e não na barra de rolagem. Procurar o aplicativo que transforma o conteúdo da revista em versão de página a página.
- Criar a revista no formato em PDF, em uma versão reduzida, para impressão de eventos ou datas importantes.
- Criar um QRCode deste documento para que todas as Câmaras possam acessar.
- O documento seria atualizado pela coordenadora da Comissão Editorial e encaminhado para o grupo de whatsapp do grupo para contribuições.

Não foi criado outro procedimento, apenas definida a padronização de procedimentos.

- Também aprovada uma seção sobre a participação de conselheiros, inspetores e diretoria em representação institucional.

SUGESTÃO DE MATÉRIA PRÓXIMA EDIÇÃO / A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO DENTRO DAS DCNs / O CURRÍCULO FORMAL SENDO APLICADO NA EXTENSÃO.

Extensão curricular das Engenharias moldando o perfil do futuro profissional, chegando futuramente a conselheiro. Novas DCNs da Engenharia, que tiveram uma grande mudança. Passaram de uma estrutura de conteúdo, para uma estrutura de habilidade e competência. Quais os desafios. Hoje os professores levam em conta as competências, sem abrir mão dos conteúdos. Dentro delas, existe a curricularização, portanto abordar do maior para o menor.

- Contatar as instituições de ensino, pois o prazo já está terminando e as disciplinas precisam ser finalizadas, são projetos sociais, isto é, programas para a comunidade. Diversas modalidades envolvidas, como elétrica, industrial.

A maioria das instituições já definiu o programa de extensão curricular. Pelo menos algumas disciplinas já definiram os projetos a serem desenvolvidos.

Entrevista o representante do fórum de instituições de ensino superior de extensão, abordando as instituições de ensino federal, comunitárias e

particular, e os engenheiros representantes destas universidades dentro do fórum.

- Entrevista e mostra de cases.
- Protagonismo e colaboração no desenvolvimento de uma carreira (Fernanda)
- Disputa de gerações. “Na minha época não era assim”.

(Roselaine) Não podemos negligenciar as bases. Quem trabalha com as disciplinas de introduções acompanha o engajamento dos alunos, depoimentos de experiências de alunos com maior poder aquisitivo indo para as periferias desenvolver projetos comunitários. Seria uma matéria para fechar o ano. Fonte da UCS responsável pelo tema.

(Fernanda) - Fonte: Eng. Dante (Câmara Nacional de Engenharia Civil). Os cursos precisam trabalhar com uma carga horária mínima de extensão. As universidades não sabem ainda se entram como horas complementares ou dentro de estágio.

Fonte entrevista: professora Mary, dos Estados Unidos. Aprendizado de engenharia baseado em cases práticos, como cases da indústria. Sala de aula invertida.

(Caroline) – O que determina a lei. 10% em cada disciplina. Algumas universidades estão propondo uma disciplina Curricularização de extensão. Apesar de já está sendo encaminhado desde 2018, as dúvidas ainda são muito grandes.

